

DECLARAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DEFERIDAS

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | março 4, 2025

**AO DOUTO JUÍZO DA IV JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DA COMARCA
REGIONAL DE BANGU – RIO DE JANEIRO/RJ**

Processo nº

DECLARAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DEFERIDAS

Eu,, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, venho, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, manifestar-me em relação às medidas protetivas deferidas em favor de I.....

- 1. Reconhecimento das Medidas Protetivas:** Em atenção ao despacho de Vossa Excelência datado de 01/03/2025, reconheço as medidas protetivas que foram parcialmente deferidas, as quais visam garantir a segurança e a integridade física e psicológica das partes.
- 2. Compromisso com as Medidas:** Declaro, de forma clara e inequívoca, que não pretendo, por motivo algum, entrar em contato com a vítima,, por qualquer meio que seja, seja por telefone, redes sociais ou qualquer outro canal de comunicação. Reitero que não terei qualquer tipo de contato com ela ou com seus familiares.
- 3. Distância e Proximidade:** Comprometo-me a manter a distância mínima de 200 (duzentos) metros da requerente, de seus familiares e testemunhas, conforme determinado por Vossa Excelência. Estou ciente de que o descumprimento dessa medida poderá resultar em sanções legais, incluindo a possibilidade de prisão por

desobediência.

4. **Colaboração com a Justiça:** Reitero minha disposição em colaborar com o processo e a Justiça, respeitando as determinações judiciais e buscando uma resolução adequada para a situação.

Por fim, reafirmo meu compromisso com o cumprimento das medidas, conforme estabelecido por este Juízo.

No momento oportuno, a verdade dos fatos será o alicerce da minha inocência.

Rio de Janeiro-RJ 04 de março de 2025

NOME e ASSINATURA

DECLARAÇÃO DE COLABORAÇÃO COM O PROCEDIMENTO INVESTIGATIVO

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | março 4, 2025

AO DOUTO JUIZO DA IV JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DA COMARCA REGIONAL DE BANGU – RIO DE JANEIRO/RJ

Processo nº

DECLARAÇÃO DE COLABORAÇÃO COM O PROCEDIMENTO INVESTIGATIVO

Eu,, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, venho, respeitosamente, à presença de Vossa

Excelência, apresentar a seguinte declaração de colaboração com o procedimento, em nome da verdade dos fatos.

Colaboração com a Justiça: Desde o início das investigações, tenho me mostrado totalmente disposto a colaborar com a Justiça, fornecendo todas as informações necessárias e esclarecendo quaisquer dúvidas que possam surgir a respeito dos fatos em questão. Minha intenção é contribuir para que a verdade prevaleça e para que a Justiça seja feita de forma justa e transparente.

Comportamento e Ações: É importante ressaltar que meu comportamento tem sido pautado pela responsabilidade e pelo respeito às normas legais. Tenho me mantido em conformidade com todas as orientações recebidas.

Minhas ações têm sido pacíficas e não represento qualquer ameaça à ordem pública ou à integridade de terceiros.

Estou comprometido em comparecer a todos os atos processuais e não há qualquer indício que sugira a possibilidade de fuga ou de obstrução da Justiça.

Não sou uma pessoa que representa risco à sociedade e estou à disposição da justiça e tenho emprego e residência fixa.

Diante do exposto, solicito que Vossa Excelência considere minha declaração e a colaboração prestada, a fim de que sejam adotadas as medidas que se mostrem mais adequadas e justas.

Juntamente com meu advogado, estamos reunindo as provas que, de forma inequívoca, trarão à tona a verdade dos fatos, provando minha inocência.

Rio de Janeiro-RJ 04 de março de 2025

.....

[CPF ou RG]

[Endereço]

[Telefone]

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE POSSE E INTENÇÃO DE ARMAS

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | março 4, 2025

AO DOUTO JUIZO DA IV JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DA COMARCA REGIONAL DE BANGU – RIO DE JANEIRO/RJ

Processo nº

DECLARAÇÃO

Eu,, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, venho, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, declarar, sob as penas da lei, o que segue:

- Declaração de Posse de Arma:** Afirmo, para os devidos fins, que não possuo e nunca possuí qualquer tipo de arma de fogo ou arma branca, conforme preconiza o artigo 5º, inciso XXII, da Constituição Federal, que assegura a todos o direito à segurança e à inviolabilidade da vida.
- Intenção de Posse:** Declaro ainda que não tenho a intenção de obter a posse de arma de fogo, em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 10.826/2003, que regula a posse e o porte de armas no Brasil. Em seu artigo 4º, a referida lei estabelece que a posse de arma é restrita a pessoas que comprovem a necessidade e a idoneidade, condições das quais me enquadro na idoneidade, mas não tenho necessidade.
- Compromisso com a Lei:** Reitero que meu compromisso é com a paz e a convivência harmoniosa, não desejando em

momento algum a posse de armamento que possa colocar em risco a minha vida e a de terceiros.

Por fim, reafirmo a veracidade das informações aqui prestadas, ciente das sanções legais aplicáveis em caso de falsidade.

Nestes termos, peço deferimento.

Local e Data: [Cidade], [Data]

Assinatura:

NOME.....

[CPF ou RG]

[Endereço]

[Telefone]

NOTIFICAÇÃO DE RENÚNCIA DE MANDATO

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | março 4, 2025

NOTIFICAÇÃO DE RENÚNCIA DE MANDATO

Prezado(a) [Nome do Cliente],

Por meio desta notificação, comunico a Vossa Senhoria que, a partir da presente data, estou [renunciando ao mandato](#) outorgado por procuração “ad judícia” para patrocinar seus interesses nos autos do processo nº [número do processo], em trâmite perante o [órgão judiciário].

A [renúncia se dá por motivos de foro íntimo](#), não tendo mais

condições de prosseguir com a causa e acompanhar o processo.

Nos termos do art. 112 do Código de Processo Civil, a renúncia ao mandato deve ser comunicada ao cliente, que deverá ser notificado para constituir novo advogado no prazo legal de 10 (dez) dias, sob pena de ser considerado revel, conforme preceitua o Art. 76 do mesmo diploma legal.

Informo que todos os documentos e peças processuais referentes ao mencionado processo encontram-se à disposição em meu escritório, situado na [Endereço do Escritório], para serem retirados no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento desta notificação.

Caso não seja constituído novo patrono dentro do prazo legal, o processo seguirá à sua revelia, podendo ser proferida sentença desfavorável aos seus interesses.

Sendo o que tinha para o momento, renovo meus votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

[Assinatura do Advogado]

[Nome do Advogado]

[Número da OAB]

[Local e Data]

Modelo de Notificação – Destituição de mandato de

advogado

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | março 4, 2025

Prezado(a) [Nome do Advogado],

Eu, [Nome do Cliente], inscrito no CPF sob o nº [número do CPF], venho por meio desta notificar Vossa Senhoria que, a partir da presente data, não mais desejo que continue a me representar no processo nº [número do processo], em trâmite perante o [órgão judiciário], renunciando assim ao mandato outorgado.

Solicito que sejam tomadas todas as medidas cabíveis para formalizar a renúncia do mandato nos autos do processo, requerendo a intimação deste signatário para constituir novo patrono, sob pena de serem aplicados os efeitos da revelia, conforme art. 76 do Código de Processo Civil.

Requeiro ainda a devolução de todos os documentos originais que estejam em posse de Vossa Senhoria, referentes ao processo em questão, no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento desta notificação.

Informo que foi constituído novo advogado para acompanhar o processo, Sr(a). [Nome do Novo Advogado], inscrito na OAB sob nº [Número da OAB do Novo Advogado], com escritório profissional situado na [Endereço do Escritório do Novo Advogado].

Sendo o que tinha para o momento, agradeço pelos serviços prestados até então.

Atenciosamente,

[Assinatura do Cliente]

[Nome do Cliente]

[Local e Data]

Modelo de Notificação – Renúncia de mandato de advogado – Via WhatsApp

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | março 4, 2025

Prezado(a) [Nome do Cliente],

Serve a presente para notificar via WhatsApp a Vossa Senhoria da minha renúncia ao mandato que me foi outorgado por procuração “ad judicium” nos autos do processo nº [número do processo], em trâmite perante o [órgão judiciário].

A [renúncia se dá por motivos particulares](#), não tendo mais condições de patrocinar a causa e acompanhar o processo.

Solicito que Vossa Senhoria constitua novo advogado no prazo legal de 10 dias para dar prosseguimento ao processo, sob pena de ser considerado revel, conforme preceitua o Art. 76 do Código de Processo Civil.

Informo ainda que todos os documentos e peças processuais referentes ao processo encontram-se à disposição em meu escritório para serem retirados.

Sendo o que tinha para o momento, agradeço a confiança depositada e coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

[Nome e OAB do Advogado]

Modelo de Notificação – Renúncia de mandato de advogado

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | março 4, 2025

Prezado(a) [Nome do Cliente],

Serve a presente para notificar via WhatsApp a Vossa Senhoria da minha renúncia ao mandato que me foi outorgado por procuração “ad judicium” nos autos do processo nº [número do processo], em trâmite perante o [órgão judiciário].

A renúncia se dá por motivos particulares, não tendo mais condições de patrocinar a causa e acompanhar o processo.

Solicito que Vossa Senhoria constitua novo advogado no prazo legal de 10 dias para dar prosseguimento ao processo, sob pena de ser considerado revel, conforme preceitua o Art. 76 do Código de Processo Civil.

Informo ainda que todos os documentos e peças processuais referentes ao processo encontram-se à disposição em meu escritório para serem retirados.

Sendo o que tinha para o momento, agradeço a confiança depositada e coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

[Nome e OAB do Advogado]

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA RECLAMADA AO SEU ADVOGADO

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | março 4, 2025

Nome todo do cliente, ocupação e qualificação profissional, estado civil, nacionalidade, CPF: , RG: , endereço: Rua xxx, nº.: xx, Bairro xxx, CEP: xxxx, Cidade xxx, Estado xxx, Telefone: xxx, e-mail: xxx, declara ser verdadeira e autentica todas as informações prestadas ao seu Advogado, para fins de esclarecimento, confecção e montagem deste processo/inicial/defesa/contestação/manifestação, dentre outras peças jurídicas aplicáveis ao caso.

Por fim, fico ciente através deste documento que a falsidade dessa declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro e passível de apuração na forma da Lei. Além da ciência de responsabilidade sob todos os efeitos e danos causados pelas minhas declarações.

Cidade, Estado, dia, mês e ano

Declarante: _____

XXXXX

TESTEMUNHAS:

1 – _____

2- _____

Declaração de hipossuficiência

de

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | março 4, 2025

Nome todo do cliente, ocupação e qualificação profissional, estado civil, nacionalidade, CPF: , RG: , endereço: Rua xxx, nº.: xx, Bairro xxx, CEP: xxxx, Cidade xxx, Estado xxx, Telefone: xxx, e-mail: xxx, **DECLARO HIPOSSUFICIÊNCIA**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tenho condições de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem prejuízo do meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, da **GRATUIDADE DA JUSTIÇA**, nos termos do art. 98 e seguintes da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil). Requeiro, ainda, que o benefício abranja a todos os atos do processo.

Declara o beneficiário da **GRATUIDADE DE JUSTIÇA**, sob os rigores da Lei, estar ciente que está sujeita às sanções civis, administrativas e criminais, em sendo comprovada a falsidade da afirmativa retro lançada.

Cidade, Estado, dia, mês e ano

Declarante: _____

[Modelo]

Petição

Intermediária – comprovação – assistência gratuita

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | março 4, 2025

AO JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE FEITOS E RELAÇÕES DE CONSUMO, CÍVEL E COMERCIAL DA COMARCA DE

Processo nº:

XXXXX, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por meio de seu advogado que esta subscreve, vem a ilustríssima presença de Vossa Excelência requerer:

Face ao despacho de fls., onde intima a parte autora para que ***“apresente, no prazo de 15 (quinze) dias, documento hábil a comprovar o preenchimento dos pressupostos à concessão dos benefícios da gratuidade”***, vem o Autor, anexar ao processo, cópia dos seguintes documentos:

- Contas de Energia dos últimos 12 (DOZE) meses.
- Contas de Água dos últimos 12 (DOZE) meses.
- Contracheque dos últimos 3 (TRÊS) meses.
- Comprovante de não declaração de Imposto de Renda dos últimos 3 (TRÊS) anos.

(Insira quantos documentos julgar necessário)

Conforme dispõe a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, LXXIV:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXXIV – o Estado prestará assistência jurídica integral e

gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos; (DESTAQUE NOSSO)

Isto posto, é de justiça que o Autor seja beneficiado pela Assistência Jurídica Integral e Gratuita, vez que seu estado de hipossuficiência fora cabalmente comprovado mediante a documentação anexa.

Ainda, vale destacar que a Carta Magna é clara quando dispõe que o estado deverá prestar a assistência jurídica integral e gratuita àqueles que ***COMPROVAREM INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS!***

Por consequência, o não deferimento do benefício resultará em **impacto substancial na renda do Autor, causando prejuízos tanto ao sustento próprio quanto ao de sua família, vez que é o mesmo é único provedor, não possuindo condições de arcar com as custas e despesas processuais.**

Ademais, reflexamente, o não deferimento do benefício resultaria barreira ao direito do autor em ter sua demanda apreciada pelo judiciário, direito esse constitucionalmente previsto!

vejamos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito; (DESTAQUE NOSSO)

Por todo exposto, não resta qualquer dúvida quanto ao direito do Autor em usufruir do benefício da Assistência Jurídica integral e Gratuita, bem como das consequências do não deferimento do pedido. Motivo pelo qual vem requerer sua concessão.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Cidade – Estado, dia, mês por extenso, ano.

ADVOGADO

OAB

Modelo de Declaração de Hipossuficiência com Pedido de Justiça Gratuita

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | março 4, 2025

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA COM PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA

Pela presente e na melhor forma de direito, XXX, brasileiro, casado, porteiro, portador da cédula de identidade RG nº XXX, inscrito no CPF sob o nº XXX, endereço eletrônico XXX@gmail.com, telefone XXX, residente e domiciliado na Rua XXX, n. XXX, Vila XXX, XXX/SP, CEP XXX, para os fins específicos do beneplácito previsto no inciso LXXIV, do artigo 5º da Constituição Federal, c/c a Lei nº 1.060/50, artigo 1º da Lei nº 7.115/83 e nos termos do artigo 98 e seguintes da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), **DECLARA**, sob as penas da lei, não ter condições financeiras de arcar com custas e despesas processuais, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, razão pela qual requer o deferimento da concessão dos benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**. Requeiro, ainda, que o benefício abranja todos os atos do processo.

Local/Data

Modelo de Declaração de Hipossuficiência com Pedido de Justiça Gratuita

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | março 4, 2025

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA COM PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA

Pela presente e na melhor forma de direito, XXX, brasileiro, casado, porteiro, portador da cédula de identidade RG nº XXX, inscrito no CPF sob o nº XXX, endereço eletrônico XXX@gmail.com, telefone XXX, residente e domiciliado na Rua XXX, n. XXX, Vila XXX, XXX/SP, CEP XXX, para os fins específicos do beneplácito previsto no inciso LXXIV, do artigo 5º da Constituição Federal, c/c a Lei nº 1.060/50, artigo 1º da Lei nº 7.115/83 e nos termos do artigo 98 e seguintes da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), **DECLARA**, sob as penas da lei, não ter condições financeiras de arcar com custas e despesas processuais, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, razão pela qual requer o deferimento da concessão dos benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**. Requeiro, ainda, que o benefício abranja todos os atos do processo.

Local/Data

Declaração de Hipossuficiência

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | março 4, 2025

Eu, (nome do requerente), nacionalidade, estado civil, profissão, portador da cédula de identidade RG nº xxxxxxxx, inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxx, declaro para todos os fins que não possuo recursos financeiros que me permitam postular em juízo sem prejuízo do meu sustento e de minha família.

Essa declaração presume-se verdadeira, sob as penas da Lei.

Cidade, data, mês e ano.

(nome do requerente)

Modelo de Declaração de Hipossuficiência – Justiça Gratuita

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | março 4, 2025

Eu, (nome completo do autor desta declaração), nacionalidade, (profissão), inscrito sob o CPF n.º.., portador do documento de identidade – RG n.º.. (órgão expedidor-Estado), com residência e domicílio em (endereço completo), CEP (coloque o n.º do CEP), na cidade de (coloque o nome da cidade aqui) e no Estado de (coloque o nome do Estado aqui), venho por meio desta, declarar que, por motivo da minha condição financeira atual, não tenho como arcar com as despesas processuais necessárias para dar prosseguimento a ação que inicio (caso a ação já tenha iniciado, coloque nesta parte – a ação que iniciei), desta forma DECLARO ser pobre nos termos da lei, na acepção da palavra, por

esta razão pleiteio por meio desta os BENEFÍCIOS DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA, previsto no inciso LXXIV, do art. 5.º da Constituição Federal 1, C/C ao art. 98 8 do CPC C.Tendo em vista a atual incapacidade financeira que possuo para custear qualquer ação, solicito ainda, que o BENEFÍCIO DE JUSTIÇA GRATUITA englobe todos os atos presentes neste processo, conforme prevê o artigo 98 do CPC.

Este documento é feito respeitando a Lei n.º 13.105/2015 e Lei n.º 7.115/83, sendo passível, inclusive, das penalidades trazidas por ela, estando ciente, portanto, o (a) declarante que em caso de informar qualquer dado falso, está sujeita não apenas as sanções civis e administrativas, como também as

**criminais previstas na própria
legislação.**

(cidade), (data).

Assinatura do declarante

nome completo do declarante